



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7400 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

**MAPEAMENTO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (2007-2018)**

Mônica Maria Farid Rahme - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Andrezza Domingos Souza Brito - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

**MAPEAMENTO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (2007-2018)**

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência viviam em instituições asilares, hospitais ou dentro de suas casas sem o direito de exercer sua liberdade (JANNUZZI, 2006). No final do século XX, a partir da organização de movimentos de luta desse grupo, documentos importantes foram formulados e promulgados com o intuito de fazer com que as pessoas com deficiência tivessem acesso a direitos sociais e a uma maior atenção por parte da população em geral. Temos como marcos, nesse sentido, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2007), dentre outros, assim como a ação organizada das pessoas com deficiências e de suas famílias. Reflexos desses documentos foram perceptíveis na formulação de políticas públicas no Brasil, como indica nosso estudo em relação ao estado de Minas Gerais. As políticas estaduais voltadas para a inclusão escolar das pessoas com deficiência em Minas Gerais materializam-se desde o início dos anos 2000 em diversas ações e documentos legais como o Projeto Incluir (MINAS GERAIS, 2005), o Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2014) e as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2020). Os dois últimos documentos formalizaram na política estadual uma série de ações destinadas à escolarização dos alunos com deficiência, a partir de orientações expressas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Tendo como referência esse cenário, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o perfil das matrículas do público-alvo da Educação Especial (EE) no estado de Minas Gerais durante o período de 2007 a 2018, considerando, para tanto, as etapas de ensino, sexo e dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das cidades mineiras. O estudo teve como objetivos específicos: - investigar elementos contextuais da educação especial no estado de Minas Gerais; - relacionar os dados quantitativos obtidos à política educacional do

estado e do país; - articular os dados das matrículas do estado ao perfil das matrículas do país. A investigação teve um caráter quantitativo e pretendeu demonstrar, por meio de dados do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP) e com o auxílio do *software* IBM SPSS o número de matrículas dos alunos da EE em Minas Gerais (2007-2018), articulando deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD) e a variável sexo, no contexto de 37 cidades das 12 mesorregiões mineiras. As cidades focalizadas foram escolhidas com base no seu IDHM, classificado como “alto”, “médio” e “baixo” de acordo com o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010. Para a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte foram elencados quatro municípios pelo fato da capital apresentar um IDHM menor que o da cidade de Nova Lima. Os dados utilizados foram coletados no site do Censo Escolar, abertos no *software* SPSS e filtrados considerando o código do município de cada uma das 37 cidades elencadas. Em seguida, foram criadas tabelas de referência cruzada com os dados, considerando as deficiências e sexo dos alunos matriculados em cada ano delimitado pela pesquisa. Após a coleta dos dados, foi feita uma tabulação para cada ano, separando as deficiências em tabelas distintas e inserindo na mesma as etapas de ensino vigentes. Em seguida, fez-se a soma total das matrículas dos alunos com deficiências, TGD e AH/SD para que fosse obtido o número absoluto. Na etapa seguinte do estudo, optou-se por focalizar os dados referentes à Educação de Jovens e Adultos, EJA regular. Os dados colhidos foram separados pelo IDHM, considerando o número absoluto de matrículas, o número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a sua porcentagem em relação ao número total, o número de matrículas dos alunos com Deficiência Intelectual (DI) bem como a sua porcentagem frente ao total de alunos com NEE. A DI recebeu um enfoque maior pelo fato das tendências nacionais demonstrarem maior presença desse público nos dados. Também foi realizada uma nova filtragem contemplando a modalidade de EE e verificando em quais etapas da EJA o número de matrículas seria maior. A tabela foi composta pelas 37 cidades, pelas etapas do Ensino Fundamental I e II e pelo Ensino Médio da EJA. Para análise, foi considerado o número de matrículas dos alunos com NEE na EJA regular com a finalidade de observar quais etapas contariam com a maior concentração de matrículas. A partir da sistematização e análise dos dados, verificou-se que os municípios com IDHM alto detêm o maior número de matrículas dos alunos da EJA, apresentando um valor absoluto acima de 80 mil matrículas. Esse resultado se apresenta como o esperado porque as cidades com IDHM alto são, em sua maioria, as mais populosas. Quanto ao número de alunos com deficiência em relação ao número total, verificou-se que os municípios com IDHM médio demonstraram um salto quando comparado aos demais, apresentando valores acima de 15% do alunado da EJA regular composto por alunos com NEE. Seguindo a tendência nacional, os alunos com DI lideram os números frente às outras deficiências, independentemente do IDHM. As cidades com IDHM alto tiveram um aumento da porcentagem de alunos com DI, passando de 51,40% em 2007 para 83,77% em 2018. Nos municípios com IDHM baixo, quando havia uma matrícula, eram, em sua maioria, de alunos com DI. As matrículas dos alunos com NEE na modalidade de EE nas cidades com IDHM baixo se apresentou baixíssima. A única cidade a apresentar resultados, nesse sentido, foi Delta, localizada no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Grande parte das matrículas se concentrava nas instituições privadas, apresentando apenas um caso em 2016 na rede estadual. É possível afirmar que, independentemente do IDHM, as matrículas de alunos com DI têm maior prevalência, estando grande parte deles nos anos iniciais do Fundamental. Isso indica que essas pessoas não conseguem concluir o ensino regular, recorrendo, muito provavelmente, à EJA por ainda estarem na fase de alfabetização.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão Escolar. Indicadores Educacionais. Políticas Educacionais. Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

JANNUZZI, Gilberta M. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2. Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Projeto Incluir: Diretrizes da Educação Inclusiva em Minas Gerais, 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Subsecretaria de desenvolvimento da Educação Básica. Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Versão 3. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes para normatização e organização

**UNESCO. Ministry of Education and Science. Final Report on the World Conference on Special Needs Education: Access and Quality. Salamanca, Spain, 7-10 June, 1994.**

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.